O DIREITO À CIDADE NA JURISPRUDÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL NORDESTINA: UMA TENTATIVA DE LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE SUAS DECISÕES (1988 A 2024).

Natalia Sanches (PROVIC), Igor Sporch da Costa (Orientador), e-mail: igorsporch@uepg.br.

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)/Departamento do Direito do Estado (DEDIES).

Ciências Sociais Aplicadas. Direito. Direito Público. Direitos Especiais (Direito Urbanístico).

Palavras-Chave: Direito à cidade, Direito Urbanístico, Ordem Urbanística, Ordem Urbanística, vulnerabilidade econômica, Tribunais de Justiça dos Estados da Região Nordeste.

Resumo

A pesquisa objetivou investigar como o "direito à cidade" foi manejado nas decisões jurisprudenciais pelos TJs Nordestinos, quais sejam: Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e Tribunal de Justiça do Sergipe (TJSE). Após a Constituição de 1988, o direito à cidade se mostra como elemento substancial para a ordem urbanística nacional, marcando-se como a concretização dos direitos fundamentais/dignidade humana na seara urbanística. Realizou-se, assim, uma análise comparativa entre os referidos TJs por meio de estudo de caso, desenvolvido em perspectiva quanti-qualitativa sob o método indutivo.

Introdução

O direito urbanístico, conforme a Constituição de 1988, estrutura-se e volta-se a realizar o direito à cidade, o que foi regulamentado pelo Estatuto da Cidade (2001). Formulado por Lefèbvre e desenvolvido por Harvey (2014, p.15), juridicamente, ele se marca como a concretização da dignidade humana (ou dos direitos fundamentais na esfera urbana), tornando-se um bem juridicamente tutelável. Nesta lógica, ele se caracteriza pelo binômio participação na tomada de decisões urbanísticas e acesso à moradia, à terra urbanizada e às redes de infraestrutura/equipamentos e serviços públicos/privados.

Materiais e Métodos

No dia 03 de fevereiro de 2025, selecionaram-se os acórdãos proferidos entre 05/10/1988 e 31/12/2024, nos *sites* dos referidos TJs, a partir de busca com a expressão chave "direito à cidade", descartando-se as decisões que empregavam "direito" e "cidade" sem relacioná-las. Posteriormente foram coletados dados das localidades no Censo de 2022 realizado pelo IBGE.

Resultados e Discussão

Coletaram-se 36 acórdãos, sendo 16 decisões do TJPE; 11 do TJCE; 5 do TJRN (4 das quais se descartaram); 3 do TJPB e 1 do TJAL, não se encontrando decisões nos demais TJs (TJBA, TJPI, TJMA e TJSE). O primeiro julgado foi exarado em 2011, pelo TJPE, seguido pelo TJCE, em 2019, e, por fim, em 2023, os demais começaram a utilizar da expressão. No critério espacial, das 32 decisões coletadas: 22 se concentraram nas capitais estaduais; 2 provieram de Municípios metropolitanos que não são a sede delas; 1 ocorreu em município não integrante de uma Região Metropolitana, mas que é um dos 10 mais populosos do seu estado; e 7 se distribuíram, desigualmente, em municípios menores.

Conclusão ou Conclusões

A Região Nordeste é formada por 9 Estados Federados, mas, somente se encontraram acórdãos em 5 TJs, representando aproximadamente 55,55% dos TJs Nordestinos, indicando que, embora, aparentemente, houve a incorporação do "direito à cidade", mas isso se deu de forma escassa.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) pelo apoio à pesquisa.

ALAGOAS. Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL). Jurisprudência. Disponível em: https://www.tjal.jus.br/. Acesso em: 03 fev. 2025;

CEARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE). Jurisprudência. Disponível em: https://esaj.tjce.jus.br/cjsg/consultaCompleta.do. Acesso em: 03 fev. 2025;

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 15.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo brasileiro, 2022. Rio de Janeiro. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama. Acesso em: 19 de maio de 2025.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB). Jurisprudência. Disponível em: https://www.tjpb.jus.br/servicos/jurisprudencia/. Acesso em: 03 fev. 2025;

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça do Estado do Pernambuco (TJPE). Jurisprudência. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/consultajurisprudenciaweb/xhtml/consultaconsulta.xhtml. Acesso em: 03 fev. 2025;

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN). Jurisprudência. Disponível em: https://jurisprudencia.tjrn.jus.br/. Acesso em: 03 fev. 2025.